



AS CRÍTICAS DE KARL MARX AO ANTIGO REGIME (1842-1850): UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

**Karl Marx's critiques of the *Ancien Régime* (1842–1850):
a historical approach**

**Las críticas de Karl Marx al Antiguo Régimen (1842–1850):
un enfoque histórico**

*Bertone de Oliveira Sousa*¹

Resumo:

Este artigo discute aspectos do pensamento de Karl Marx na década de 1840 relacionados a suas críticas ao Antigo Regime. Ao longo desses anos, o jovem Marx se empenhou no entendimento do mundo de seu tempo e participou ativamente do contexto revolucionário em 1848. Suas análises políticas, a preocupação com a liberdade, as condições de vida dos trabalhadores pobres e a repressão que sofreram nas revoluções de 1848 o levaram a formular os princípios de um pensamento original e comprometido com a transformação das condições de injustiça que observava. Suas análises críticas do Antigo Regime também se articulam com a construção dessa visão de mundo e são o objeto de estudo do presente texto.

Palavras-chave: Karl Marx. Antigo Regime. Revoluções de 1848.

Abstract:

This article examines aspects of Karl Marx's thought in the 1840s, particularly those related to his critiques of the *Ancien Régime*. During this period, the young Marx devoted himself to understanding the

social and political realities of his time and actively engaged in the revolutionary context of 1848. His political analyses, concern with individual freedom, attention to the living conditions of the working poor, and reflections on the repression they endured during the revolutions of 1848 led him to formulate the principles of an original body of thought committed to the transformation of the conditions of injustice he observed. His critical analyses of the *Ancien Régime* are thus closely linked to the construction of this worldview and constitute the central object of inquiry of the present article.

Keywords: Karl Marx. *Ancien Régime*. Revolutions of 1848.

Resumen:

Este artículo examina aspectos del pensamiento de Karl Marx en la década de 1840, en particular aquellos relacionados con sus críticas al Antiguo Régimen. Durante este período, el joven Marx se dedicó a comprender las realidades sociales y políticas de su tiempo y participó activamente en el contexto revolucionario de 1848. Sus análisis políticos, su preocupación por la libertad, la atención prestada a las condiciones de vida de los trabajadores pobres y sus reflexiones sobre la represión que estos sufrieron durante las revoluciones de 1848 lo llevaron a formular los principios de un cuerpo de pensamiento original comprometido con la transformación de las condiciones de injusticia que observaba. Sus análisis críticos del Antiguo Régimen están, por lo tanto, estrechamente vinculados a la construcción de esta visión del mundo y constituyen el objeto central de estudio del presente artículo.

Palabras clave: Karl Marx. Antiguo Régimen. Revoluciones de 1848.

Introdução

O século XIX foi em grande parte marcado pelas inovações introduzidas pela Revolução Industrial e o impacto da Revolução Francesa. Na primeira metade do século, essas mudanças acompanharam o crescimento populacional, urbano, assim como lutas sociais por direitos políticos e autonomia nacional. O Antigo Regime foi alvo de contestações e sofreu abalos, especialmente na década de 1840, quando, a partir de Paris, clamores por reformas impulsionaram movimentos revolucionários em várias partes da Europa.

Nesse passo, no presente artigo buscamos contextualizar a obra de Karl Marx na década de 1840, partindo do ano de 1842, quando escreveu na *Gazeta Renana* (*Rheinische Zeitung*). Buscamos destacar um aspecto importante de seus escritos: suas críticas ao Antigo Regime. A década também marcou o início da vida intelectual do jovem Marx. Da *Gazeta Renana*, no início do decênio, até a *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*), nos anos finais, Marx esteve atento e envolvido com as questões políticas e sociais de seu tempo. Esses também foram os anos em que seu pensamento adquiriu a verve de uma crítica vigorosa das condições econômicas

relacionadas à exploração do proletariado. A partir do final de 1843, suas críticas do Antigo Regime acompanham a crítica do capitalismo e da burguesia emergentes.

Na primeira parte do artigo, será discutido seus anos de formação, alguns aspectos das influências intelectuais que moldaram seu pensamento, as questões políticas da Prússia de seu tempo, as características do Antigo Regime e seus primeiros escritos que tratam sobre o tema. Na segunda parte, abordaremos as revoluções de 1848 e o amadurecimento de sua perspectiva política e histórico-crítica em relação aos eventos na França e no centro do continente, especialmente na Prússia.

Para a abordagem de aspectos da biografia de Marx, dialogamos com a obra do historiador Jonathan Sperber; para conceituação e caracterização do Antigo Regime, com René Rémond. Para as críticas tecidas por Marx, discutimos aspectos de algumas de suas obras e como seu pensamento se erigiu naqueles anos decisivos. Para a abordagem de seu pensamento acerca das revoluções de 1848, analisamos especialmente alguns de seus artigos na *Nova Gazeta Renana*, jornal editado de junho de 1848 a maio de 1849, traduzidos na íntegra no Brasil há alguns anos. A disponibilidade desse material é uma fonte de importância fundamental para compreendermos a historicidade do pensamento de Marx no final da década de 1840 e como as mudanças políticas e econômicas daquele contexto contribuíram para moldar seu pensamento.

Os anos de formação e as primeiras críticas ao Antigo Regime

Karl Marx nasceu na cidade de Tréveris², sudoeste da Alemanha, em 1818. Região predominantemente católica, Tréveris foi anexada à República francesa em 1797. Os franceses aboliram o Eleitorado³, separaram a cidade do Sacro Império Romano, aboliram os privilégios da sociedade de ordens, instituíram a igualdade perante a lei e confiscaram propriedades da Igreja e da nobreza. (SPERBER, 2014, p. 24-25).

Os ocupantes franceses incentivaram uma política fortemente anticlerical. Com o objetivo de desestabilizar a Igreja Católica, proibiram atos religiosos e transformaram mosteiros em hospitais e alojamentos militares. (SPERBER, 2014, p. 26). Foi nesse ambiente que Marx cresceu. Seu pai, Heinrich Marx, judeu e irmão mais novo do rabino de Tréveris, via na Revolução Francesa uma oportunidade de os judeus se libertarem das limitações da sociedade de ordens⁴, proporcionada pelo império de Napoleão. Contudo, após a invasão da Rússia pelas tropas francesas, em 1812, e a derrota dos franceses na Batalha das Nações, em Leipzig, o império napoleônico ruiu.

O Congresso de Viena, realizado em 1814-1815, reorganizou a Europa e outorgou a cidade de Tréveris ao domínio da Prússia. Seguiu-se a imposição do protestantismo e um domínio de natureza colonial por parte da Prússia, com guarnições militares e exploração econômica. O pai de Marx, Heinrich, converteu-se ao protestantismo, uma opção comum aos judeus da região que pretendiam seguir carreira pública. (SPERBER, 2014, p. 32-34).

Heinrich tinha a opção de se converter ao catolicismo, mas um motivo de sua adesão à fé protestante é que era um convicto defensor do Iluminismo. Normalmente, essa era a opção dos adeptos do racionalismo iluminista, especialmente entre pessoas de classe média, embora na Alemanha houvesse também um movimento de renovação da fé cristã, o pietismo⁵. (SPERBER, 2014, p. 38-39).

Karl Marx foi criado nessa visão religiosa e batizado em 1824. A família desfrutava de prestígio social e ele teve acesso a uma educação secundária de elite. O jovem Marx absorveu uma visão iluminista do cristianismo e deu pouca ênfase ao conteúdo da redenção, como faziam os pietistas. Nem mesmo seu professor de religião na escola, um pastor protestante simpático ao movimento de Despertar, exerceu influência decisiva sobre ele. (SPERBER, 2014, p. 43-47).

Após concluir o ensino secundário, Marx realizou seus estudos universitários nas cidades de Bonn, Berlim e Iena. Foi nesse período que conheceu e aderiu à filosofia de Hegel. Após a morte de Hegel, em 1831, seus discípulos se dividiram em dois segmentos, de acordo com as concepções políticas e religiosas que defendiam: direita e esquerda. Esses termos foram usados pela primeira vez por David Strauss, em 1837, em que tomava como referência seu uso no Parlamento francês. (ANTISERI; REALE, 2018, p. 7).

Em política, a direita hegeliana se caracterizava pela legitimação do Estado existente, e a esquerda, por sua negação. Mas seu principal ponto de divergência estava na questão religiosa. Para a direita, o pensamento de Hegel tornava compatível a doutrina cristã com a filosofia e nesse ponto ia ao encontro da Escolástica medieval. Esta “usara a razão aristotélica para justificar e defender a verdade religiosa, assim a direita hegeliana usou a razão hegeliana para justificar e defender os interesses dos dogmas centrais do cristianismo, como os da encarnação e da imortalidade da alma.” (ANTISERI; REALE, 2018, p. 8).

A esquerda, por outro lado, substituiu a religião pela filosofia, reduzindo a ideia de Revelação a um fato humano. Nesse sentido, a obra *Vida de Jesus*, de David Friedrich Strauss, publicada em 1835, teve enorme importância ao sustentar que a narrativa dos evangelhos tem um caráter essencialmente mitológico, não histórico. Para Strauss, os relatos dos evangelhos

projetavam as expectativas e crenças místicas dos judeus da Palestina, mas não eram eventos históricos ou empíricos no sentido moderno. (SPERBER, 2014, p. 76).

Essa concepção também levou ao surgimento da Crítica Superior da Bíblia, ou Alta Crítica da Bíblia, que buscava analisar quais relatos da Bíblia são descrições históricas da vida dos hebreus da antiguidade, quais relatos são mitológicos e quais são acréscimos posteriores.

Outra consequência dos estudos dos jovens hegelianos de esquerda foi a difusão do ateísmo, especialmente na obra de Ludwig Feuerbach. Seu livro *A Essência do Cristianismo*, de 1841, exerceu grande impacto sobre a intelectualidade de esquerda na época. As controvérsias teológicas e disputas políticas que envolviam os intelectuais jovens hegelianos exerceram uma influência sobre Marx que foi decisiva para moldar seu pensamento e suas ações. (SPERBER, 2014, p. 77).

Aquele contexto também foi marcado pela ascensão ao trono da Prússia, em 1840, de Frederico Guilherme IV. Defensor do movimento pietista do Despertar, das ideias culturais do Romantismo e da sociedade de ordens que vigorou no período anterior a 1789, o novo governante implementou uma política conservadora e induziu muitos jovens hegelianos à radicalização política, que, na época, estava relacionada à defesa de ideias democráticas e republicanas. Muitos desses jovens, impossibilitados de seguir carreira acadêmica, e Marx foi um deles, se tornaram ativistas políticos de esquerda.

Ser de esquerda, nas primeiras décadas do século XIX, era defender o ideário liberal e republicano, em oposição ao Antigo Regime e à sociedade de ordens. Para essa classificação, seguimos a abordagem de Bobbio, para quem um movimento de esquerda é definido pelo resultado a que se propõe; nesse caso, estava em questão “a luta contra uma sociedade na qual existem classes privilegiadas e, portanto, em defesa e pela instauração de uma sociedade de iguais juridicamente, politicamente, socialmente, contra as mais comuns formas de discriminação.” (BOBBIO, 2001, p. 37).

Por outro lado, o conceito de Antigo Regime está ligado à noção de sociedade de ordens. É uma noção jurídica porque a ordem, nesse modelo de sociedade, é definida por um estatuto que delimita prerrogativas e obrigações. Esse modelo jurídico não está necessariamente subordinado à economia, pois a atividade profissional não é um critério decisivo em sua definição.

Com efeito, as ordens sociais são definidas por critérios de nascimento (nobreza e povo) e pela vocação (caso do clero). Não é uma sociedade imóvel, há possibilidades de ascensão, mas é

uma sociedade fundada sobre privilégios, que desconhece a noção de igualdade perante a lei, desconhece leis únicas e naturaliza a desigualdade pela hierarquia. (RÉMOND, 2009, p. 45-48).

René Rémond distingue cinco formas políticas de Antigo Regime, com os quatro primeiros podendo ser agrupados dois a dois: monarquia absoluta (como França e Espanha no século XVII); Despotismo Esclarecido (cujo aparecimento é tardio, no século XVIII); feudalismo aristocrático, o tipo mais antigo, que chegou perto de um milênio no século XVIII e se caracteriza pela ausência de poder central, predomínio de laços pessoais e existência de monarquia eletiva, como na Polônia e Sacro Império Romano Germânico; as repúblicas patrícias, que são repúblicas urbanas dominadas por um patriciado, como foi o caso das Províncias Unidas e dos cantões suíços; por fim, o regime político da Inglaterra, que assemelha-se às repúblicas patrícias em certos traços, mas comporta um modelo político que teve o futuro mais duradouro, tornando-se universal. O modelo inglês instituiu a tolerância e uma liberdade de discussão, guardada pelo Parlamento, desconhecida em outras partes. (RÉMOND, 2009).

Para Rémond, os quatro primeiros modelos de Antigo Regime apresentam traços comuns, que são: universalidade da monarquia, princípio da legitimidade, com ausência de uma constituição e justificação na tradição e na historicidade. A legitimidade, por outro lado, está ancorada na estreita ligação entre Igreja e Estado. Por fim, ele destaca que uma característica desses regimes é que eles não contêm nada que se assemelhe à democracia ou que a anuncie, isto é, possuem uma vida política reduzida, concentrada nas mãos de uma elite, sem liberdade de opinião e de expressão. São também sociedades majoritariamente rurais, com poucos meios de comunicação e predominância do analfabetismo. (2009, p. 72-73).

Essa é a realidade política e social dos estados alemães da Confederação Germânica durante a juventude de Marx. Apesar de a Revolução Francesa ter espalhado os princípios da igualdade jurídica e da soberania popular, a derrota de Napoleão, em 1815, e o Congresso de Viena, romperam com a Revolução e reafirmaram o princípio da Legitimidade.

Após defender sua tese de doutorado, Marx retornou para a Renânia em 1841, onde pretendia iniciar a carreira acadêmica. Mas sua aspiração foi frustrada pelas políticas conservadoras de Frederico Guilherme IV, por isso voltou-se para o ativismo político e a busca da subversão do Estado prussiano. Se tornou um escritor independente e exerceu sua oposição à monarquia prussiana como editor de um jornal combativo, a *Gazeta Renana*. (SPERBER, 2014, p. 91-92).

O período em que exerceu função editorial na *Gazeta Renana* foi quando Marx teve contato com a questão social pela primeira vez. Seus debates a respeito do livre comércio

impulsionaram seu interesse para estudar Economia. Mas seu primeiro contato com as ideias comunistas foi marcado por rejeição, críticas e uma defesa contundente da repressão aos defensores do comunismo. (SPERBER, 2014, p. 107-111).

Nesse momento, ele ainda pensava as questões sociais de acordo com os princípios do liberalismo de sua época. Seus textos focavam na defesa do livre mercado, defesa da liberdade de imprensa e na crítica ao conservadorismo e centralismo da monarquia na Prússia. De acordo com Leszek Kolakowski (2022, p. 113):

Do ponto de vista do desenvolvimento das teorias de Marx, os seus primeiros escritos jornalísticos são importantes por duas razões principais. Em seus duros ataques contra a lei da censura, se pronunciou inequivocamente a favor da liberdade de imprensa, contra o efeito nivelador da restrição governamental (“Você não espera que uma rosa cheire como uma violeta; por que, então, o espírito humano, a coisa mais rica que temos, deveria existir apenas numa forma única?”), e também expressou posições acerca de toda a natureza do Estado e da essência da liberdade.

Obrigado a encerrar as atividades do jornal em 1843, emigrou da Alemanha. Até meados desse ano, quando escreveu a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, seus textos políticos eram marcados pela defesa da democracia liberal. (SPERBER, 2014, p. 125). Marx aderiu ao comunismo após emigrar para Paris, em 1843, quando teve contato e foi influenciado por outros intelectuais que viviam na capital francesa como refugiados políticos, entre os quais estava um de seus principais mentores, Moses Hess.

Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx tece uma crítica mais elaborada ao Estado e, por extensão ao Antigo Regime, a partir da crítica da visão de Hegel do monarca como a “personalidade do Estado” e sua “soberania personificada”, por meio da qual a soberania de todos os outros homens é anulada. (MARX, 2013, p. 52-53). E ainda: “Como se o povo não fosse o Estado real. O Estado é um *abstractum*. Somente o povo é um *concretum*. E é notável que Hegel atribua sem hesitação uma qualidade viva ao *abstractum*, tal como a soberania, e só faça com hesitação e reservas em relação ao *concretum*.” (*Idem*, p. 54).

Marx é categórico na crítica que faz à validação de Hegel ao Antigo Regime ao pontuar que Hegel quer o moderno poder legislativo circunscrito ao corpo do sistema medieval dos estamentos, o que ele chama de “pior sincretismo”. (MARX, 2013, p. 118). Mais adiante, ele afirma:

No cume do Estado político, é o nascimento, por toda parte, que faz de determinados indivíduos a encarnação das mais altas tarefas públicas. As supremas atividades do Estado coincidem com os indivíduos por meio do nascimento, assim como a situação de um

animal, seu caráter, modo de viver etc., lhe são imediatamente inatos. O Estado, em suas funções supremas, assume uma realidade *animal*. (MARX, 2013, p. 127).

Para Marx, essa sociedade baseada na hegemonia da nobreza, no orgulho do sangue, nas dignidades de corpos predestinados por nascimento é uma “concepção zoológica”. O segredo da nobreza, ele afirma, “é a zoologia”. (MARX, 2013, p. 127). Ele também discute a separação entre o Estado político, a sociedade civil e a função legislativa, representativa como função metafísica do Estado. Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx clarifica seu compromisso com a liberdade humana. Sua crítica à concepção do Estado de Hegel⁶, à sociedade de ordens e sua defesa, nesse momento, da democracia política, representa um passo importante na sua busca por uma concepção da emancipação universal.

Quando escreveu sobre a Filosofia do Direito de Hegel, Marx não fez referência à economia política, à classe trabalhadora e ao socialismo, mas fez uma defesa contundente da democracia política. Suas motivações intelectuais para essa defesa foram: a junção do universal com o particular a partir do conceito de espírito absoluto de Hegel; a concepção de alienação de Feuerbach transmutada da religião para a política e a influência do *Contrato Social*, de Rousseau, a respeito da união entre interesses privados e desejos comuns. Nesse momento, ele ainda não via uma concepção de futuro clara a partir da qual pudesse desenvolver um pensamento próprio. Suas fontes intelectuais ainda eram ecléticas e “democracia” é como designava sua defesa do reordenamento da sociedade. (SPERBER, 2014, p. 125-126).

Na capital francesa, ao ter contato com o movimento de trabalhadores, Marx entendeu que a exploração de classes constituía um obstáculo à emancipação universal. A partir de então, teorizou que a classe operária poderia ser o vetor de um novo processo revolucionário que emanciparia a humanidade da exploração de classes, da divisão do trabalho e da miséria provocada pela acumulação e a propriedade privada. Foi na *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de dezembro de 1843, que ele expressou pela primeira vez a ideia de que o proletariado tinha essa missão histórica específica.

Nesse texto, ele teorizou sobre a necessidade de uma revolução alemã nos moldes da Revolução Francesa de 1789 e 1830, mas uma revolução que fosse mais radical e levasse a uma emancipação humana universal. Essa revolução seria realizada por uma classe que visse sua emancipação particular como emancipação universal, algo que a burguesia se recusava a representar, segundo Marx. Nesse sentido, diz ele, o proletariado seria o coração da emancipação do homem, e a filosofia, a cabeça. (MARX, 2013, p. 163).

O primeiro texto em que formulou publicamente seus ideais comunistas foi *Sobre a questão judaica*, também de 1843. Nesse texto, ele discute o tema da emancipação política dos judeus, particularmente no caso da Alemanha, onde ainda não havia um Estado Político, isto é, separação entre Estado e religião. Pelo fato de o cristianismo ser a religião oficial do Estado, diz Marx, a questão judaica era teológica. (MARX, 2002, p. 18).

Esse ensaio é importante porque Marx também discute um dos aspectos centrais do Antigo Regime: a união entre Estado e religião e sua antítese moderna, a separação entre ambos a partir da elaboração dos direitos do homem, cuja importância ele reconhece como um passo na luta contra tradições históricas e privilégios. (MARX, 2002, p. 29). Nesse passo, a emancipação política é também a emancipação da feudalidade:

A emancipação política é concomitantemente a *dissolução* da antiga sociedade, na qual estão o Estado e o poder soberano estranhos ao povo. A revolução política é também a revolução da sociedade civil. Mas qual era a característica da antiga sociedade? Facilmente podemos caracterizá-la com uma só palavra. A *feudalidade*. (MARX, 2002, p. 34, grifos do autor).

Nos manuscritos de Paris, Marx desenvolve sobre a subordinação do trabalhador ao capitalista e destaca como o progresso da sociedade tornou o primeiro cada vez mais dependente do segundo. O confisco do tempo livre do trabalhador o transformou em “burro de carga” limitado a necessidades corporais e sem possibilidade “para criar e usufruir cultura”. (MARX, 2002, p. 74). Também disserta pela primeira vez sobre o emprego de mulheres e crianças, e como o capital tira lucro da divisão do trabalho. A partir de suas leituras dos economistas, Marx também escreve pela primeira vez sobre capital fixo e capital circulante, dois conceitos de Adam Smith e que algumas décadas depois desenvolverá em *O Capital*. (*Idem*, p. 92).

Nesses anos decisivos, entre 1843 e 1845, Marx amplia a crítica do Antigo Regime para a crítica da modernidade industrial. Os conceitos que elabora nos manuscritos de Paris se tornarão parte de uma crítica mais aprofundada nas décadas seguintes. Desse momento em diante, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia se torna o ponto central de seus escritos, muitos dos quais em parceria com Friedrich Engels.

As revoluções de 1848-1849 e as análises de Marx sobre a crise final do Antigo Regime

Marx mudou-se para Colônia em 10 de abril de 1848, onde permaneceu até receber ordem de deportação em 16 de maio de 1849. Nesses treze meses foi um dos líderes da Sociedade Democrática de Colônia e editor da *Nova Gazeta Renana*. Segundo Jones, seu envolvimento com as revoluções desse período foi total, tanto como participante quanto como observador crítico. (2017, p. 275).

O ano de 1848 foi marcado pela eclosão de levantes revolucionários em favor da liberdade política e da autonomia nacional. Na França, uma revolução em fevereiro reuniu republicanos radicais e democratas que buscavam o sufrágio universal e a abolição da monarquia. O movimento culminou com a renúncia do rei Luís Filipe e a instauração da República. Em junho do mesmo ano, um movimento que contou com a participação predominante de trabalhadores pobres não teve o mesmo êxito. Sob condições de trabalho que chegavam a catorze horas por dia, além de mendicância e criminalidade, trabalhadores foram às ruas e foram duramente reprimidos pela nova liderança política burguesa que, apesar de estar comprometida com a democracia política, não pretendia ceder a suas reivindicações de reformas sociais. (PERRY, 2002, p. 401-403). Nos estados alemães e na Itália, as revoluções também tiveram caráter social e buscavam unidade nacional e, na Áustria, o fim do absolutismo Habsburgo e um regime político constitucional. Na Áustria, a revolução alcançou uma vitória temporária e foi reprimida em outubro de 1848. A dinastia Habsburgo reafirmou seu poder e revogou medidas liberais adotadas nos meses anteriores. (Idem, p. 405-406).

A Revolução de fevereiro de 1848 em Paris teve ampla repercussão nos estados alemães. Em Berlim, em março, apesar de medidas de liberalização anunciadas pelo governo, como a abolição da censura e instauração de um Estado constitucional na Prússia, manifestantes se reuniram na praça do Palácio e entraram em confronto com forças militares, resultando em 400 mortes, 300 manifestantes e 100 soldados. (JONES, 2017, p. 280).

Em maio, a Assembleia prussiana reunida tinha caráter predominantemente liberal e buscava reduzir o poder do monarca, submeter o Exército à constituição e eliminar direitos senhoriais no interior. Sociedades democráticas e associações de trabalhadores se estabeleceram em diversas localidades, inclusive em Viena, onde estudantes e operários pressionaram o governo a ampliar o direito de voto. Frederico Guilherme IV não abdicou do trono, não fugiu, mas conseguiu ganhar popularidade e passou a defender suas prerrogativas frente às propostas

constitucionais da Assembleia, e se opôs à diminuição da soberania. Ele também insistiu para que a constituição especificasse que era rei “pela graça de Deus” (JONES, 2017, p. 288-289).

As revoluções de 1848 representaram um colapso espetacular da autoridade política na Europa ocidental e central: Paris em fevereiro, Viena e Berlim em março. Os governos foram apanhados de surpresa, alguns sendo derrubados e outros obrigados a passar por reformas. Por esse motivo, a maioria dos ganhos conquistados pelas forças de oposição – reformistas constitucionais, liberais, republicanos e socialistas – foi alcançada nas primeiras semanas, ou mesmo nos primeiros dias depois das vitórias das multidões. Posteriormente, num processo prolongado e às vezes precário, forças conservadoras retomaram a iniciativa e recuperaram o poder. As forças da ordem restabeleceram os regimes fraturados, mas de acordo com novas e desconhecidas linhas de ação. (JONES, 2017, p. 275).

Marx desenvolveu reflexões sobre esses eventos na *Nova Gazeta Renana*, jornal publicado entre 1º de junho de 1848 e 19 de maio de 1849 e do qual foi editor-chefe. Ao analisar as revoluções de 1848, na França, Marx compreendeu que, na Revolução de Fevereiro, a forma monárquica encarnava, para os trabalhadores, a dominação de classes; e a república, com a implantação do sufrágio universal⁷, abolia os privilégios de classe na esfera política. A revolução de fevereiro consolidou o despotismo burguês ao rechaçar a aparência feudal da monarquia que encobria o domínio da burguesia. O resultado foi a emergência do domínio do capital. Em fevereiro de 1848, pela última vez, a burguesia e o proletariado lutaram contra um inimigo comum. A partir dali, as duas classes se apartaram e se tornaram inimigas no campo de batalha. (MARX, 2020, p. 251-252).

Para ele, “a fraternidade durou enquanto o interesse da burguesia esteve irmanado ao interesse do proletariado”. (MARX, 2020, p. 124). Contudo, por mais significativa que fosse, a mudança da forma do Estado era ilusória porque não transformava efetivamente as relações sociais nem eliminava a dominação de classe. Isso ficou evidente na Revolução de junho, quando os trabalhadores foram reprimidos pelo exército por ameaçarem a ordem. Para Marx, a *Fraternité* de fevereiro, que uniu proletários e republicanos burgueses, se transformou, em junho⁸, em guerra civil, quando o capital e o trabalho se encontraram em posições opostas. Em suas reflexões, Marx destacou que a derrota dos trabalhadores em Paris significou a vitória da contrarrevolução no continente e a derrota das nacionalidades que lutavam contra a opressão. (MARX, 2020, p. 310-313, 361).

A sufocante situação política e violenta repressão aos movimentos de trabalhadores, em Paris e na Alemanha, explicam um dos expedientes que Marx defende na *Nova Gazeta Renana*, o terrorismo revolucionário:

As carnificinas inúteis desde as Jornadas de Junho e outubro, o enfadonho ritual de sacrifício desde fevereiro e março, o canibalismo da própria contrarrevolução convencerão o povo de que só há um meio para *encurtar*, simplificar, concentrar as terríveis dores da agonia da velha sociedade e as sangrentas dores de parto da nova sociedade, apenas *um meio – o terrorismo revolucionário*. (MARX, 2020, p. 262, grifos do autor).

Em relação à Alemanha, em um artigo de 7/6/1848, intitulado *Programa do Partido Democrata Radical e da esquerda em Frankfurt*, ele expõe a visão da esquerda política: reivindica eleições diretas e não censitárias para a escolha de uma Assembleia nacional que deve eleger um poder executivo. Também reivindica a Alemanha unida em um estado federativo com autonomia para os entes federados. Ele enfatizou que “na Alemanha, a luta entre a centralização e a forma federativa é a luta entre a civilização moderna e o feudalismo.” (MARX, 2020, p. 95).

Em relação ao fracasso de tentativa de revolução nos estados alemães, Marx entendeu que a vitória da contrarrevolução se deveu pelo fato de a burguesia permitir o fortalecimento da reação, negociando com a Coroa porque via no povo e na revolução o principal obstáculo. (COTRIM, 2020, p. 49). Ele observou que a maioria das medidas propostas contra os interesses feudais não se efetivaram. Com isso, a burguesia perdera espaços que havia conquistado: “Contrarrevolucionária sem ter sido revolucionária, a burguesia alemã não tem por meta garantir suas condições de vida e dominação, varrer as que a entram, mas simplesmente derrotar o povo, embora à custa de sua própria derrota.” (*Idem*, p. 55). Por isso, ele afirmou:

A história da burguesia prussiana, como em geral da burguesia alemã de março a dezembro, demonstra (*beweist*) que na Alemanha uma *revolução* puramente *burguesa* e a fundação (*Gründung*) do *domínio burguês*, sob a forma da *monarquia constitucional*, são impossíveis; que apenas são possíveis a contrarrevolução feudal absolutista ou a *revolução social-republicana*. (MARX, 2020, p. 338, grifos do autor).

Assim como em Paris, os liberais em Berlim temiam as consequências da Revolução Francesa (como a República jacobina) e consideravam as manifestações populares mais temíveis do que as ações da Coroa. Para eles, se as manifestações das massas incultas não fossem contidas, poderia levá-las ao domínio por meio de violência descontrolada. (JONES, 2017, p. 306).

Marx compreendeu a revolução alemã de 1848 como paródia da Revolução Francesa de 1789:

A burguesia francesa de 1789 não abandonou um só instante seus aliados, os camponeses. Ela sabia que a base de sua dominação era a destruição do feudalismo no

campo e a criação de uma classe de camponeses livres e proprietários. A burguesia alemã de 1848 traiu sem qualquer decoro os camponeses, seus aliados mais naturais, a carne de sua carne, e sem os quais ela é impotente ante a nobreza. A persistência, a sanção dos direitos feudais sob a forma de um (ilusório resgate), eis afinal o resultado da revolução alemã de 1848. Eis o parco resultado de tanta agitação! (MARX, 2020, p. 172).

Para Marx, a burguesia prussiana necessitava da classe trabalhadora como aliada para construir seu domínio, mas preferiu renunciar a isso a ter qualquer atitude generosa. Era mais importante, portanto, oprimir os trabalhadores do que tê-los como aliados, mesmo que por algum tempo. Por esse motivo, ele afirma que a revolução não devia permanecer apenas na fase democrática; esta, por sua vez, devia abrir caminho para uma revolução mais ampla, a tomada do poder pelo proletariado⁹:

Desde o seu lançamento em 1º de junho, o *Neue Rheinische Zeitung* estava decidido a fazer a situação política ultrapassar a fase constitucional liberal da Revolução o mais rápido possível. Isso era feito em primeiro lugar ridicularizando as atividades da Assembleia prussiana e do Parlamento de Frankfurt, e em segundo lugar ressaltando, quase diariamente, a suposta ameaça da contrarrevolução. A Assembleia de Frankfurt foi atacada no primeiro número do jornal por não ter declarado a soberania do povo alemão. (JONES, 2017, p. 290).

A análise desses eventos levou Marx a concluir que, no continente, o esmagamento dos trabalhadores se sobrepunha, para a burguesia, à luta contra o feudalismo e pela conquista do poder político. Especialmente a partir de junho de 1848, em Paris, “a derrota dos trabalhadores, das forças da revolução social, transforma a burguesia, classe que até então havia sido a portadora do novo, na ponta de lança da contrarrevolução.” (COTRIM, 2020, p. 60).

Ele também abordou sobre essas revoluções numa obra intitulada *Lutas de classes na França, de 1848 a 1850*. Nessa obra, ele foca nas duas revoluções que ocorreram na França no ano de 1848.

Assim como no *Manifesto Comunista*, publicado com Engels em 1848, aqui ele também expõe um programa político radical, destacando outros traços. Para Marx, a vitória da reação conservadora nas revoluções de 1848 adquiriram tal forma que uma nova sublevação revolucionária na França devia coincidir com uma Guerra Mundial¹⁰. Ele analisa a coligação das potências contrarrevolucionárias no continente (Áustria, Rússia e Prússia) e volta a defender uma concepção de revolução que não pode se limitar a apenas um país. A revolução deve ser mundial e deve converter-se em uma guerra mundial. (MARX, 2008, p. 157-158).

Para ele, as revoluções são a locomotiva da história. Como fizera no *Manifesto*, volta a criticar o socialismo utópico e defende sua concepção de socialismo revolucionário, o

comunismo. Assim como no *Manifesto*, Marx fala novamente sobre a importância da ditadura do proletariado como transição para a abolição das classes. Para ele, a Constituição e o sufrágio universal são apenas instrumentos de dominação da burguesia. Conclui que a aristocracia financeira ficou fortalecida após o processo revolucionário e que uma nova revolução somente seria possível na sequência de uma nova crise¹¹.

Essas reflexões representam o fastígio da crítica de Marx ao Antigo Regime. Por outro lado, a violenta repressão dos regimes políticos contrarrevolucionários aos movimentos de trabalhadores¹², tanto em Paris como nos estados alemães, teve como consequência a restauração de todos os antigos governantes no poder (exceto na França) e a dispersão dos revolucionários no exílio. (HOBSBAWM, 2004, p. 34).

Regimes autoritários subiram ao poder após as revoluções de 1848, como foi o caso de Luís Napoleão Bonaparte, na França. Neste país, após da revolução de junho, a Assembleia apoiou medidas de restrição das liberdades, como regulação de clubes e a imprensa. Após ser eleito em dezembro, Luís Napoleão nomeou um gabinete conservador e monarquista, empenhado em combater o crescimento da “ameaça vermelha” dos democratas socialistas. (JONES, 2017, p. 296). “A oposição política aberta foi marginalizada e suas versões radicais, totalmente extintas. Viveu-se, como descrito pelos contemporâneos e por historiadores de épocas subsequentes, uma ‘era de reação’”. (SPERBER, 2014, p. 288). O próprio Marx juntou-se aos exilados alemães em Londres, em 1849, onde permaneceu até o fim de sua vida. A partir de então, desenvolveu uma percepção crítica mais aprofundada da ordem econômica regida pelo industrialismo e da doutrina liberal, que culminou na publicação de *O Capital*, em 1867.

Conclusão

As críticas de Marx ao Antigo Regime constituem uma parte essencial de seu pensamento, inseridas em algo maior que eram suas críticas às condições de vida existentes. Sua preocupação com a questão social o levou a perceber que o comprometimento da burguesia com os trabalhadores era restrito. Depois da insurreição de junho de 1848, teorizou que os trabalhadores contavam apenas consigo mesmos para lutar por melhores condições de vida.

Sempre atento ao tempo presente, buscou compreender as tendências das transformações políticas, sociais e econômicas, e como se relacionavam com a liberdade em sentido amplo, isto é, a liberdade não apenas jurídica, mas também econômica, a liberdade

associada a condições de vida que garantissem a dignidade humana, sem a qual nenhuma liberdade poderia ser completa.

Referências:

- ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **Filosofia: Idade Contemporânea**. Vol. III. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2018.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razão e significados de uma distinção política**. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- COTRIM, Livia. A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana. *In*: MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- ENGELS, Friedrich. Introdução à Edição de 1895. *In*: MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França – de 1848 a 1850**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2004.
- JONES, Gareth Stedman. **Karl Marx: grandeza e ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- KOLAKOWSKI, Leszek. **Principais Correntes do Marxismo**. Volume I: os fundadores. Campinas, SP: Vide Editorial, 2022.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França – de 1848 a 1850**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PRICE, Roger. **História Concisa da França**. São Paulo: Edipro, 2016.
- RÉMOND, René. **Introdução à História do Nosso Tempo: do Antigo Regime aos nossos dias**. 3 ed. Lisboa: Gradiva, 2009.
- SPERBER, Jonathan. **Karl Marx: uma vida do século XIX**. São Paulo: Amariyls, 2014.

Declaração de uso de Inteligência Artificial:

Este artigo foi elaborado sem o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: bertonesousa28@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1813-2717>

² Para a grafia da cidade natal de Marx, optamos pela forma como se apresenta na obra de Jonathan Sperber, historiador e biógrafo de Marx (SPERBER, 2014).

³ O termo “Eleitorado” diz respeito à forma política de alguns Estados do Antigo Regime, como o Sacro Império Germânico, onde o suserano é frequentemente escolhido pelos seus pares, uma monarquia eletiva. O imperador era eleito por um colégio de eleitores, constituído especialmente pela nobreza. (RÉMOND, 2009, p. 53).

⁴ A noção de ordem social remete a sociedades regidas por estatutos, não por uma Constituição. São sociedades que não impedem a ascensão social, mas a dificultam por naturalizar distinções hierárquicas com base no nascimento. (RÉMOND, 2009, p. 45-48). As sociedades de ordens do Antigo Regime não foram iguais, e isso será abordado adiante no artigo.

⁵ Os pietistas foram protestantes luteranos que seguiam as ideias do pastor alemão Jacob Spenar (1635-1705). “Os pietistas acentuavam como base de sua doutrina uma piedade ardente – o que provocou o seu nome –, abandonando a ortodoxia e os outros fundamentos do luteranismo. [...] o pietismo influenciou outros grupos protestantes, entre os quais os irmãos Morávios e os metodistas.” (AZEVEDO, 1999, p. 355).

⁶ De acordo com Kolakowski, para Hegel “o Estado é a ‘totalidade ética’ na qual o indivíduo pode realizar sua própria liberdade como parte da comunidade, pagando o preço de desistir dos caprichos da obstinação e de exigências arbitrárias sobre o mundo como a sua fantasia possa ditar. O Estado não é apenas uma instituição inventada para a resolução de conflitos ou para a organização de empreitadas coletivas em conformidade com o contrato social. Como lócus da reconciliação da vontade subjetiva com a razão universal, ele é a realização da liberdade, um fim em si mesmo, a ‘ideia divina tal como ela existe na Terra’ e a realidade que sozinha confere valor à vida individual.” (KOLAKOWSKI, 2022, p. 74).

⁷ Durante a década de 1840, na França, as mudanças sociais promovidas pelo avanço da transformação capitalista ameaçavam tradições e práticas de trabalhadores artesanais e isso tornava o socialismo, com sua ênfase na igualdade e na cooperação, cada vez mais atrativo aos trabalhadores. O desejo de reforma política com introdução do sufrágio universal foi um dos ingredientes que levou à revolução de fevereiro de 1848, em Paris. Após a queda da monarquia, o sufrágio universal masculino foi introduzido no país. De acordo com Roger Price, nas eleições daquele ano, a maioria dos candidatos eram conservadores e monarquistas e, como não havia partidos organizados, a influência de pequenos grupos de notáveis era dominante, com enorme pressão sobre as classes mais pobres. (2016, p. 224).

⁸ A revolução de junho de 1848, em Paris, foi motivada pelo fechamento das oficinas nacionais, que eram “oficinas de caridade para os desempregados, proporcionando trabalho manual de baixa remuneração.” (PRICE, 2016, p. 223). Para os conservadores, elas representavam uma ameaça revolucionária, pois acreditavam que as dezenas de milhares de trabalhadores beneficiados poderiam aprender sobre revoltas. Esse temor levou ao fechamento das oficinas e a manifestações de rua de cerca de 30 mil trabalhadores que perderam sua única fonte de sustento, em junho. A revolta foi duramente reprimida pelo governo por meio das ações do general Louis-Eugene Cavaignac, ministro da Defesa, que esmagou a insurreição em três dias de combates de rua, com cerca de 4 mil mortos. A imprensa conservadora retratou os trabalhadores como “selvagens”, com defesa de repressão mais firme e restrição da atividade política. (PRICE, 2016, p. 225-226).

⁹ Para Jones, faltou discernimento político a Marx na *Nova Gazeta Renana*. Segundo o autor, em relação à Alemanha, ele subestimou a capacidade dos líderes da reação e errou ao acreditar que o tolhimento da soberania popular levaria ao confronto final, embora tenha acertado que o rei estava decidido a impedir o triunfo de qualquer noção de soberania popular. O autor também pontua que a tentativa de Marx de

defender duas revoluções, uma democrática e outra proletário-socialista, era incoerente, como “montar dois cavalos ao mesmo tempo”, a exemplo do tratamento que deu da Revolução de junho de 1848, em Paris. (2017, p. 294 ss.).

¹⁰ Na *Nova Gazeta Renana*, Marx também discutiu sobre a possibilidade de uma Guerra Mundial por causa da importância da Inglaterra. Segundo ele, a Inglaterra “é o rochedo no qual se quebram as ondas revolucionárias, em que a nova sociedade morre de fome ainda no ventre materno”. (MARX, 2020, p. 361). Destacou que a libertação das nacionalidades oprimidas pelo absolutismo feudal é condicionada à vitória da classe trabalhadora francesa, mas a Inglaterra somente poderia ser derrubada por uma guerra mundial. Em seu rastro, uma revolução social eclodiria e derrotaria os exércitos contrarrevolucionários ingleses. (*Idem*, pp. 361-362).

¹¹ Em uma introdução escrita em 1895 para a obra *Lutas de classes na França*, Engels observa que os revolucionários eram fascinados pela experiência francesa de 1789 e viam na revolução de fevereiro de 1848, em Paris, o sinal que levaria à vitória definitiva do proletariado. Para ele, o modo de luta daquele período estava ultrapassado em todos os sentidos no final do século e o período de revoluções a partir de baixo estava terminado. Engels comenta que muitas coisas mudaram em favor das tropas governamentais. Os exércitos aumentaram e, com a expansão das ferrovias, em poucas horas uma tropa podia atingir proporções de um exército gigantesco. Além disso, os armamentos foram aperfeiçoados e eram incomparavelmente mais eficazes do que em 1848. As ruas das grandes cidades também foram modificadas, ampliadas, se tornaram mais compridas e largas para facilitar a utilização de novos canhões e espingardas, o que tornava absolutamente inútil erguer barricadas como no passado. Ele conclui dizendo que o tempo das revoluções lideradas por pequenas minorias à frente das massas já passou. O socialismo, continua Engels, não podia triunfar sem que a grande massa do povo fosse conquistada por meio de um lento trabalho de propaganda e atividade parlamentar. Para isso, era essencial que todos os países lutassem pela ampliação do direito de voto como já ocorria na Alemanha. Ele também afirma que na Suíça, Itália, Romênia, Dinamarca e Bulgária os socialistas já estavam representados no Parlamento. E conclui: “nós, os revolucionários, os subversivos, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão.” (ENGELS, 2008, p. 59)

¹² Hobsbawm destaca que uma das características que essas revoluções tiveram em comum é que foram revoluções sociais de trabalhadores pobres. (2004, p. 35). O fato de terem culminado em repressão, mortes (sobretudo em Paris), exílio e restauração monárquica explica o teor impetuoso da escrita de Marx em *Lutas de Classes na França* e seu programa político radical.